



**SIDDHARTA
LEGALE**

**A CORTE
INTERAMERICANA
DE DIREITOS
HUMANOS COMO
TRIBUNAL
CONSTITUCIONAL**

*Exposição e análise crítica
dos principais casos*

2ª edição
revisada e atualizada

*Prefácio de
Antônio Augusto Cançado Trindade*

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Siddharta Legale

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil
CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

L496c

Legale, Siddharta

A Corte Interamericana de Direitos humanos como Tribunal Consti-
tucional Transnacional / Siddharta Legale. – 2. ed. Rio de Janeiro : Lumen
Juris, 2020.

606 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 513-549.

ISBN 978-65-5510-074-7

1. Direito constitucional. 2. Direitos humanos. 3. Corte Interamerica-
na de Direitos Humanos. 4. Medida provisional. 5. Sentença. I. Título.

CDD 341

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

1178678

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Competência Consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos: uma Corte Constitucional?.....	15
1. Aspectos gerais	15
2. Questões operacionais das opiniões consultivas: a Corte IDH como ela é.....	24
3. A competência consultiva e o acesso à Corte IDH	36
4. A eficácia das opiniões consultivas da Corte IDH	40
5. As opiniões consultivas e a competência propriamente dita da Corte IDH: a construção interpretativa de uma Corte Constitucional Transnacional	53
5.1. Aspectos formais da competência propriamente dita da Corte IDH	53
5.2. Aspectos materiais da competência propriamente dita da Corte IDH	56
6. A Corte Interamericana como Corte Constitucional Transnacional?.....	69
Capítulo 2 – A Competência Contenciosa da Corte Interamericana e os Ciclos de Casos: uma Corte Constitucional Transnacional?.....	77
1. Aspectos gerais	77
2. Questões operacionais: o contencioso interamericano como ele é.....	86
2.1 Procedimento.....	86
2.2 Sentenças e supervisão de cumprimento de sentença.....	93
2.3 Medidas provisionais	97
3. O ciclo de casos hondurenhos nos anos 80: o desaparecimento forçado de pessoas	103

3.1 O caso Velasquez Rodriguez vs Honduras (1988)	109
3.2 O caso Godínez Cruz vs Honduras (1989)	113
3.3 O caso Solís Corrales e Fairen Garbi vs Honduras (1989)	117
3.4 Uma comparação entre os casos do ciclo hondurenho	119
4. O ciclo de casos peruanos nos anos 90 e 2000:	
a construção do acesso à justiça	127
4.1 O caso Loayza Tamayo vs Peru (1997)	131
4.2 O caso Castilho Petruzzi vs Peru (1999)	138
4.3 O caso Tribunal Constitucional vs Peru (2001)	142
4.4 O caso Barrios Altos vs Peru (2001)	145
4.5 Uma comparação entre os casos do ciclo peruanos	155
5. O ciclo de casos colombianos nos anos 2000:	
os massacres e os grupos vulneráveis	157
5.1 O caso Las Palmeras vs Colômbia (2001)	165
5.2 O caso Massacre de Mapiripán vs Colômbia (2005)	166
5.3 O caso Pueblo Bello vs Colômbia (2006)	170
5.4 O caso Ituango vs Colômbia (2006)	173
5.5 Uma comparação entre os casos do ciclo colombiano	178
6. Os casos paradigmáticos interciclos ou pós-ciclos	181
7. A Corte Interamericana como Corte Constitucional Transnacional?....	188
Capítulo 3 – A Corte Interamericana de Direitos Humanos	
Vista pelas Cortes Constitucionais: O Bloco de Constitucionalidade	
entre a Simpatia e Antipatia Judicial na América Latina	
197	
1. Aspectos gerais	197
2. A Corte Constitucional da Colômbia:	
a simpatia ao sistema interamericano	204

3. A Sala Constitucional do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela: a antipatia ao sistema interamericano	219
4. A Corte Constitucional do Equador e a discreta simpatia ao sistema interamericano.....	237
5. O Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia e a Corte IDH como uma “engenharia supranacional”	255
6. A Corte Interamericana como Corte Constitucional para as Cortes Constitucionais da América Latina?.....	275
Capítulo 4 - O Ciclo de Casos Brasileiros no Contencioso da Corte Interamericana e a Proteção dos Grupos Vulneráveis.....	281
1. Aspectos gerais	281
2. Uma visão geral e cronológica do Brasil na Corte IDH.....	287
3. Medidas provisionais.....	298
3.1. Os casos envolvendo pessoas privadas de liberdade	300
3.1.1. Urso Branco (2002-2011)	301
3.1.2. Araraquara (2006-2008).....	310
3.1.3. Curado (2014-2018)	314
3.1.4. Pedrinhas (2014-2019).....	322
3.2. Os casos envolvendo as Unidades de Internação de Menores	324
3.1.1. FEBEM (2005-2008)	324
3.1.2. UNIS (2011-2017)	328
4. Sentenças e supervisões de cumprimento de sentença	333
4.1. Damião Ximenes Lopes (4 de julho de 2006)	335
4.2. Nogueira de Carvalho (28 de novembro de 2006).....	343
4.3. Escher (6 de julho de 2009)	344
4.4. Garibaldi (23 de setembro de 2009)	348
4.5. Gomes Lund (24 de novembro de 2010).....	354

4.6. Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs Brasil (4 de março de 2016)	365
4.7. Favela nova Brasília (16 de fevereiro de 2017)	372
4.8. Povo indígena Xucuru (5 de fevereiro de 2018).....	374
4.9. Vladimir Herzog (15 de março de 2018).....	376
5. Por que não conceber a Corte Interamericana como uma Corte Constitucional Transnacional para os grupos vulneráveis no Brasil?.....	378
Capítulo 5 – A Jurisprudência Da Corte IDH no STF:	
Por que Não uma Corte Interamericana para Valer no Brasil?	383
1. Aspectos gerais	383
2. A Corte IDH na jurisprudência do STF (1988 a 2004): o nada.....	390
3. A Corte IDH na jurisprudência do STF (2004 a 2020): o “alguma coisa”	392
3.1. Os habeas corpus contra a jurisdição penal militar para civis: coerência não é integridade (ou dos três equívocos supremos)	395
3.2. Os recursos extraordinários e a Corte IDH no STF	414
3.2.1. O diploma de jornalista e o RE 511.961	417
3.2.2. O (des)conhecimento da Corte IDH e o RE 669.367	423
3.2.3. Os maus antecedentes e o RE 591054	427
3.2.4 A Reforma da Casa de Albergado de Uruguaiana e o RE 591.582.....	431
3.3. O controle abstrato de constitucionalidade e as menções à Corte IDH nos acórdãos do STF: o controle difuso de convencionalidade que não ousa dizer seu nome	441
3.3.1 A Lei da Ficha Limpa, a ADPF 144/DF de 2008 e a menção indireta à Corte IDH	447
3.3.2. A Lei de imprensa, a ADPF 130/DF e a citação à OC-7/87 escondida no voto do Min. Celso de Mello	449

3.3.3. A Lei de anistia e a ADPF 153/DF de 2010 e as menções contraditórias à jurisprudência interamericana	454
3.3.4. O Código Civil, a união homoafetiva e a ADPF 132/ADI 4277.....	465
3.3.5. O Código Civil, as biografias e a ADI 4815/DF.....	470
3.3.6. A Lei do Impeachment e a ADPF 378 MC/DF	475
4. Por que não uma Corte Interamericana para valer?	486
Conclusão	507
Referências Bibliográficas	513
Anexos	551
Casos Citados da Corte Interamericana de Direitos Humanos	553